



ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL PARA IDOSOS EM RIBEIRÃO PRETO.

Aos 15 (quinze) dias do mês de junho de 2023, às 15:00 horas, foi aberta a reunião na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, no Plenário desta Casa de Leis, da **Comissão Especial de Estudos, constituída pelo ato nº 24/2022, publicada no DOM em 01/04/2022, através do requerimento nº 2322/2022, cujo objeto é A POLÍTICA MUNICIPAL PARA IDOSOS EM RIBEIRÃO PRETO.** A Comissão é presidida pelo vereador Marcos Papa, e tem como membros os vereadores Maurício Gasparini e Sérgio Zerbinato, este último presente à reunião. Há quórum para deliberação. O presidente da comissão, vereador Marcos Papa, cumprimentou a todos os presentes, bem como os que assistem pela TV Câmara, pelo youtube e pelas redes sociais disponíveis. Nominou as entidades e as pessoas que estão participando dessa reunião, a saber, os assessores parlamentares Dário Teófilo, Fernanda Bergamini e Dr. Gabriel Benedetti; o Dr. Vitor Hugo Albernaz Filho, defensor público; a Dra. Paula Carolina Barboni Dantas Nascimento, psicóloga e representante da CAM-DPESP; Dr. Carlos Cesar Barbosa, 2º Promotor de Justiça de Ribeirão Preto, Dra. Laura Vilela Teófilo, bem como, participam remotamente, as defensoras públicas Juliana Spuri e Ana Simone e também o Dr. Marcelo Molinari, representante da OAB e Dra. Laura Parodi, da Comissão do Idoso da OAB. Vereador Marcos Papa, esclareceu que a Comissão tem por objetivo analisar a demanda reprimida dos idosos em nossa cidade e ao final, apontar os caminhos ao Poder Executivo, para que providências sejam tomadas. A seguir, falou em considerações iniciais, o vereador Sérgio Zerbinato que cumprimentou todos os presentes e agradeceu por participar e contribuir com esta importante Comissão. A primeira convidada a falar foi a Dra. Paula Carolina Barboni, que após cumprimentar a todos e parabenizar a Comissão na pessoa do vereador Marcos Papa, agradeceu também a presença do Dr. Vitor Hugo que acompanha cotidianamente as demandas dos idosos, que é constante em Ribeirão Preto, mas que se agravou após a pandemia, inclusive com o perecimento de direitos que eram garantidos e deixaram de ser, por todo o contexto político, econômico e social. Disse ainda que, a preocupação com os idosos, já vem sendo objeto de estudo há anos e o Brasil e o mundo vem vivenciando o envelhecimento da sua população e as políticas públicas não acompanham as mudanças sociais de maneira adequada a garantir os direitos e a qualidade de vida desses cidadãos. Disse que a Defensoria Pública vem atuando de perto com a Prefeitura e a Secretaria de Assistência Social, para a adequação



das políticas públicas com os parâmetros e as normativas das políticas nacionais. Infelizmente, a quantidade de vagas para atendimento é insuficiente e isso tem dificultado os encaminhamentos das demandas. Se separarmos a análise dessa temática do ponto de vista da proteção social básica e da proteção social especial, temos dificuldades no acesso da população à política pública de proteção social, notadamente, sobre o tema dessa reunião, que são as vagas em Instituições de Longa Permanência para Idosos. A procura tem sido muito maior após a pandemia, tanto de familiares, como de idosos e moradores de rua, buscando alternativas a sua situação precária e violadora. E ao fazer contato com a Poder Público e com equipamentos que executam políticas públicas com idosos, temos uma completa ausência de possibilidade de atendimento imediato. Disse ainda que hoje estamos discutindo as vagas em LPI's, mas, é preciso discutir essa temática de forma mais ampla e entender os impactos da deterioração da condição de vida em Ribeirão Preto e no Brasil, está tendo no dia a dia dessas famílias, que antes, mesmo com dificuldades, acolhia esses idosos até o final da vida e hoje muita coisa mudou. Com relação a questão financeira e laboral, também é necessário refletir, sobre a condição das famílias de cuidar dos seus idosos. Há o lado emocional dos filhos que careceram de cuidados dos pais na sua infância e adolescência, além do lado financeiro precário, tão presente nas famílias brasileiras. Os programas de transferência de renda não estão atendendo adequadamente a população. Os empregos e rendas das famílias estão ameaçados, de maneira que dificilmente é possível angariar junto da família, uma renda mínima para colocar o idoso em uma instituição de longa permanência, que são caras e apenas uma pequena parcela da população pode pagar por esse acolhimento. Por esse motivo, a questão das instituições filantrópicas é essencial. Entretanto, essas instituições estão no seu limite de atendimento, as listas de espera são imensas e muitas vezes não conseguem atender aos pedidos de vagas. Disse por fim, a Dra. Paula Barboni, que esta reunião precisa discutir estratégias e encaminhamentos, unindo forças para pautar esforços mínimos para essa situação. A seguir, usou a palavra o Defensor Público, Dr. Vitor Hugo, que após cumprimentar a todos, agradeceu pela participação e por poder contribuir com o debate e com futuras soluções. Ratificou todos os pontos elencados pela Dra. Paula, que explanou sobre as dificuldades enfrentadas no dia a dia pela Defensoria Pública. Acrescentou que são procurados por idosos ou familiares que necessitam de acolhimento e nem sempre é possível resolver. A defensoria muitas vezes procura o poder público, as instituições, mas nem sempre consegue. Mesmo buscando o poder judiciário, nem sempre é possível resolver a questão. A

W.P.



sociedade tem um papel importante no acolhimento das pessoas idosas. A população mais pobre, sofre muito mais e com o período pós pandemia houve um agravamento da situação econômica e social e isso influencia diretamente na saúde física e mental das pessoas, em especial dos idosos, o que reflete na busca do poder público para tentar solucionar os problemas. Disse também que a sociedade civil e política precisam se organizar através do Estado para dar suporte a essas pessoas. Disse ainda que o Estado é um instrumento de gerência e organização da sociedade, não é um ente separado e independente, que faz o quer, como tem sido nos últimos anos pela política no Brasil. Os agentes políticos são representantes do povo, para fazer funcionar o Estado em benefício do próprio povo. Portanto, é muito importante que a sociedade civil e política se organizem e façam valer o motivo pelo qual foram criados, que é cuidar das pessoas e principalmente dos idosos que se encontram em situação mais vulnerável e não tem condições de pagar por uma clínica ou casa de repouso particular e procuram a Defensoria, o Ministério Público, a Câmara Municipal e outros órgãos públicos para se socorrer. A população brasileira está passando por um processo de envelhecimento e adoecimento, principalmente depois da pandemia e nós precisamos cuidar dessa população. Por tudo isso, essa comissão de estudos traz um tema extremamente importante, que precisa ser discutido não só aqui, mas em outras esferas de poder, para que se tenha uma solução. Dr. Vitor Hugo, traz ainda à discussão, o caso de pessoas que ainda não são consideradas idosas, porque não completaram 60 anos, mas também tem procurado vagas em instituições de longa permanência, pois estão vivendo uma situação precária. Precisamos cuidar dos idosos, mas também de suas famílias e da sociedade como um todo. Destacou ainda, que muitas vezes, a família não tem condições econômicas para cuidar do idoso, pois, para ficar em casa cuidando, alguém precisa deixar o trabalho e se isso acontece, falta dinheiro para sustentar a família. Em seguida, falou o Dr. Carlos César Barbosa, promotor público, saudando os presentes na pessoa do vereador Marcos Papa. Disse que para falar em políticas públicas, é necessário traçar um diagnóstico. Na década de 40, a média de vida das pessoas era de 45 anos e hoje, isso mudou substancialmente, passando para uma média de 78 anos. Estima-se que hoje, o Brasil tem uma média de 32 milhões de idosos, ou seja, 15% da população. E desses 32 milhões, estima-se que 70% depende do SUS. E desses 70%, temos 30% de idosos que estão no grau 3, ou seja, são aqueles que necessitam de cuidados permanentes de um cuidador, ou até de um hospital de retaguarda e isso é preocupante porque há uma carência do poder público e também da sociedade. Se por um lado é bom que a média de vida



tenha aumentado, por outro lado, com esse aumento não veio junto a qualidade de vida, de saúde e de dignidade para os idosos. Disse o Dr. Carlos Cesar, que o idoso é um pouco estigmatizado, até dentro de suas famílias, estando sujeito a maus tratos e violência física, psicológica e financeira. Isso decorre de um processo de deterioração ética pelo qual o mundo passa. Disse também que a lei diz que a obrigação de cuidar do idoso é da família, da sociedade e do poder público, e entende que essa obrigação é solidária e não subsidiária e o poder público não tem condições de atender essa demanda. Com relação as Instituições de Longa Permanência, disse que essas instituições recebem muito pouco do poder público. Poderiam até abrir mais vagas, mas não têm condições de manter esses idosos. Entende que, dentro das políticas públicas, as ILPI aparecem como prioridade, pois, as famílias não tem condições de prestar assistência, de contratar cuidador por 24 horas, ter em casa "home care", então esse investimento público é muito importante. Trazendo isso para Ribeirão Preto, é triste ver que o orçamento da assistência social é menor que 3%. Assim, é importante se criar políticas públicas para o idoso, mas tem que ter o engajamento do executivo municipal, que precisa se conscientizar que a situação é difícil. Essa parceria com o executivo é fundamental, porque se a câmara cria uma lei de proteção aos idosos, o prefeito vai vetar porque a lei cria despesas e vai justificar que teria que aumentar o orçamento da assistência social, teria que criar programas, criar cargos de geriatra, e sendo assim, é preciso que haja uma parceria para que o executivo entenda que esse trabalho é necessário e fundamental. Disse ainda, que fez um levantamento e que no Brasil temos um geriatra para setecentos a mil idosos, quando o correto seriam sete mil geriatras para atender a demanda, que não está sendo atendida. Os atendimentos prioritários em postos de saúde, são outro problema. É verdade que a urgência médica tem prioridade no atendimento, mas quando existem duas urgências e uma delas é de um idoso, esta deve ser prioridade. Outra questão é do transtorno mental, como o Alzheimer e a demência senil. Ribeirão Preto não tem um serviço de saúde mental estruturado e o pouco que tem é muito ruim e não atende as pessoas, que as vezes ficam dias internado numa UPA aguardando uma vaga. Após essas colocações, Dr. Carlos Cesar disse que para melhorar a vida dos idosos, é preciso que nesse momento ele tenha saúde, para chegar a velhice com saúde. Para isso é importante que tenha acesso a médico da família e a tratamento de prevenção permanente. Outros pontos importantes são, segurança alimentar, exercícios físicos e convivência social. Esse assunto é importantíssimo, e precisa do envolvimento do poder público como um todo, em especial do Executivo. Disse que no exercício do seu trabalho se



entristece muito com as notícias que chegam sobre a situação de alguns idosos que carecem de saúde, bem estar e sérios problemas financeiros, além de violências que sofrem inclusive dentro de suas casas. Falou sobre as instituições clandestinas que existem e precisam sempre ser fiscalizadas, para não colocar ainda mais em risco, os idosos que lá são colocados. É preciso que atendam as normas sanitárias e de assistência social. Está se criando uma associação que está indignada com o rigor da Vigilância Sanitária e ela tem uma certa razão, pois, se os idosos estão sendo bem atendidos, não estão correndo nenhum risco a sua saúde, precisamos ter bom senso e auxiliar as instituições a resolverem os problemas da melhor maneira possível. Disse ainda, que seria fundamental se criar cursos de formação de cuidadores, pois há uma carência muito grande desses profissionais no mercado. Disse por fim, que espera que seja criada uma lei exequível de políticas públicas para os idosos, em conjunto com o poder executivo e se coloca à disposição para auxiliar no for preciso. Ato contínuo, o vereador e membro da comissão, Sérgio Zerbinato, saúda o Dr. Carlos Cesar por suas colocações e pede licença para se ausentar. Em resposta ao vereador Marcos Papa e a munícipe Dra. Laura Parodi, que mandou uma pergunta pela internet, o Dr. Carlos César disse que o município não dispõe de dados estatísticos sobre os idosos, mas pode recorrer ao IBGE. Respondeu também que a criação de Casa Dia é uma estratégia muito boa pra atender os idosos que não tenham um grau de dependência muito acentuado. Com relação ao cuidador, diz que a Assistência Social tem o Centro de Formação Social e Profissional, e poderia acrescentar no rol dos cursos que oferece, o curso de cuidador, desde que fosse ministrado por profissionais capacitados. A Dra. Paula acrescenta que o município tem investido na vigilância sócio assistencial, que está previsto na política dos SUS e isso é fundamental porque não se faz política pública sem dados. Seria interessante fazer um questionamento a esse setor que está estruturado dentro da prefeitura, por meio de um requerimento. O Dr. Carlos Cesar faz um adendo, dizendo que seria muito importante a criação de mais CREAS e CRAS, que fazem um bom trabalho dentro de suas respectivas áreas, mas são poucos, tendo hoje 7 CRAS e 4 CREAS, número insuficiente para a população de Ribeirão Preto. O Dr. Vitor Hugo, fez uma colocação sobre o senso dos idosos em Ribeirão Preto. Disse que seria fundamental o município fazer um senso próprio, não só dos números, mas de dados sobre a real situação dos idosos. Importante ter os dados para fazer políticas públicas, mas o mais importante, para que tudo isso se viabilize, é necessário aumentar a receita da assistência social no



M.P.



orçamento da cidade. Precisa haver interesse político para que essas questões sejam solucionadas. É necessário também que a sociedade civil esteja envolvida. Dra. Paula coloca em discussão a necessidade de fomentar a criação de centro dia, inclusive para pessoas com deficiência, bem como, fomentar políticas públicas para criar espaços para adultos a partir de 29 anos, que não estão incluídos em nenhum programa público, tampouco particular. Dr. Carlos Cesar disse que com relação ao Centro Dia, o mais viável seria fazer um chamamento às entidades interessadas e não ser criado pelo município. Disse ainda que com relação ao orçamento, seria importante anotar para esse trabalho, a destinação do Imposto de Renda para o Fundo Municipal do Idoso, onde as entidades filantrópicas se capacitam para a captação do Imposto de Renda, o que está trazendo muito resultado para as instituições que se dedicam a isso, como é o caso da Casa da Vovô. É certo que não substitui o orçamento, mas é uma fonte de recursos importante. O vereador Marcos Papa, presidente da comissão, disse que as informações que chegam hoje nessa comissão, através dos convidados, são extremamente importantes. Chegou uma participação pelo youtube, sugerindo que seja feito um cadastro de pessoas interessadas em ajudar as entidades que cuidam dos idosos. Todos os oradores de hoje mencionaram a importância da participação popular e por experiência própria, digo que além de importante é fundamental, porque a política é muito importante pra ficar só nas mãos dos políticos. Dr. Marcelo J. A. Molinari, vice-presidente da Comissão dos Direitos dos Idosos da OAB que está participando remotamente, pergunta ao Dr. Vitor Hugo, quais as providências que a defensoria pública tem tomado com relação aos idosos e se têm comunicado ao Conselho Municipal do Idoso e a SEMAS. O Dr. Vitor Hugo, faz um relato sobre o procedimento adotado nesses casos, desde a chegada do idoso, ou de um familiar que busca uma solução, passando inicialmente pelo Centro de Treinamento Multidisciplinar, e não havendo uma solução extrajudicial, ou administrativa, através dos contatos com a família e com o poder público e esgotadas as possibilidades, a Defensoria ajuíza uma ação. A assessora parlamentar, Fernanda Bergamini, faz uma pergunta sobre os idosos em situação de rua, se eles também estão procurando atendimento. Dra. Paula disse que sim e que tem um comitê específico na prefeitura, para tratar dos assuntos relacionados a essa população. Não havendo mais interessados em se manifestar, o presidente agradece a presença de todos e encerra a presente reunião, que foi gravada em mídia audiovisual, contendo na íntegra todas as manifestações dos vereadores, dos convidados e das pessoas que participaram da reunião, que passa a fazer parte integrante desta ata. Por fim nada mais



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

havendo, a reunião foi encerrada às 17:06 horas, da qual para constar, eu Emir Aparecida Martins Paulino Emir Paulino, servidora designada para este ato, lavrei a presente ata, elaborada nos termos da Resolução nº 46/2018, que após lida e aprovada, vai assinada pelo Vereador Presidente e demais membros presentes da Comissão Especial de Estudos Sobre a Política Municipal para Idosos em Ribeirão Preto.


MARCOS PAPA
Presidente


SÉRGIO ZERBINATO
Relator